

# DESAFIOS PARA A DESCONSTRUÇÃO DOS ESTIGMAS ACERCA DAS COTAS ETNICORRACIAIS NO CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

## PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema: **Desafios para a desconstrução dos estigmas acerca das cotas etnicorraciais no contexto das universidades públicas brasileiras**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

---

### TEXTO 1

As cotas são uma modalidade de ações afirmativas, isto é, políticas públicas destinadas a reduzir desigualdades históricas e ampliar o acesso de grupos socialmente vulnerabilizados a oportunidades educacionais e profissionais. No Brasil, elas são aplicadas principalmente no ingresso em universidades públicas e concursos, reservando parte das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, pessoas de baixa renda, negros, pardos, indígenas e, em alguns casos, pessoas com deficiência.

O objetivo central das cotas não é conceder privilégio, mas promover equidade, reconhecendo que diferentes grupos partem de condições desiguais de

acesso à educação e a recursos sociais. A política busca corrigir distorções estruturais resultantes de processos históricos como escravidão, exclusão social e desigualdade econômica. No âmbito federal, a política de cotas foi consolidada pela Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, recentemente atualizada para ampliar critérios de renda.

*Fonte: BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)*

---

### TEXTO 2

No início de 2026, o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), sancionou a Lei nº 19.722/2026, que proíbe a adoção de cotas raciais e outras políticas de ações afirmativas em instituições de ensino superior públicas estaduais ou que recebam recursos do Governo Estadual. A norma impede a reserva de vagas tanto para ingresso de estudantes quanto para contratação de docentes e prevê sanções às instituições que descumprirem a determinação.

A medida gerou forte repercussão nacional e foi alvo de questionamentos judiciais. Partidos políticos e entidades da sociedade civil argumentaram que a lei contraria princípios constitucionais, como a promoção

da igualdade material e o combate às desigualdades históricas. Em janeiro de 2026, a Justiça de Santa Catarina suspendeu os efeitos da lei, entendendo que a proibição genérica de ações afirmativas poderia violar a Constituição Federal e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal sobre a legalidade das cotas. O caso segue em debate no Judiciário.

*Fonte: Agência Brasil – “Justiça de SC suspende lei que proibiu cotas raciais nas universidades” (27/01/2026). Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2026-01/justica-de-sc-suspende-lei-que-proibiu-cotas-raciais-nas-universidades>*

---

### TEXTO 3

Diversos países adotaram políticas de ações afirmativas com resultados considerados positivos na ampliação do acesso ao ensino superior e ao mercado

de trabalho. Nos Estados Unidos, por exemplo, programas de *affirmative action* implementados a partir da década de 1960 contribuíram para aumentar

significativamente a presença de estudantes negros e de minorias em universidades de prestígio, segundo estudos do *National Bureau of Economic Research* (NBER).

Outra referência importante é a África do Sul, em que políticas adotadas após o fim do *apartheid* buscaram corrigir desigualdades raciais estruturais, ampliando a participação da população negra em universidades e cargos estratégicos. Embora cada

contexto tenha desafios próprios, esses exemplos mostram que ações afirmativas podem funcionar como instrumentos eficazes de inclusão e redução de desigualdades históricas.

*Fonte: National Bureau of Economic Research (EUA); Government of India – Ministry of Social Justice; South African Government – Broad-Based Black Economic Empowerment Policy.*

#### TEXTO 4

Levantamentos recentes indicam que estudantes que ingressam no ensino superior por meio do sistema de cotas apresentam desempenho acadêmico equivalente e, em alguns casos, superior ao de alunos não cotistas. Dados do Censo da Educação Superior 2023, divulgados pelo Inep, mostram que a taxa de conclusão de curso nas universidades federais foi maior entre cotistas: 51% dos estudantes beneficiados concluíram a graduação, enquanto entre não cotistas o índice foi de 41%. O resultado contraria a ideia de que as ações afirmativas comprometeriam o rendimento acadêmico.

Além disso, estudos analisados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontam que, ao

longo da trajetória universitária, as diferenças de desempenho tendem a desaparecer, com rendimento semelhante em notas e progressão acadêmica. Em alguns casos, cotistas registram menores taxas de evasão. Os dados reforçam que as cotas ampliam o acesso sem comprometer a qualidade da formação.

*Fonte: CNN Brasil – “Alunos cotistas e do Prouni têm melhores taxas de desempenho, segundo Inep”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/alunos-cotistas-e-do-prouni-tem-melhores-taxa-de-desempenho-segundo-inep/>; Ipea – Estudos sobre desempenho acadêmico de cotistas. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1881>*

#### TEXTO 5



*Fonte: Protesto contra o sistema de cotas feito por alunos de escolas privadas de Brasília.*

*— Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil; Disponível em:*

*<https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/desinformacao-e-cotas-raciais-discurso-falacioso-afeta-promocao-de-acoes-afirmativas-no-pais/>*

#### IMPORTANTE:

- A redação deve ser redigida de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.
- Atenção ao número mínimo e máximo de linhas que a banca exige.
- Verifique se a banca exige que você dê um título a sua redação.